



Data: 01.11.2019

Título: As escolas onde já não se chumba

Pub: 



Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17

As escolas onde já não se chumba

Agrupamentos que mudaram a forma de ensinar para eliminar insucesso tiveram êxito P16

Área: 1679cm² / 43%

Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6645033



Data: 01.11.2019

Titulo: As escolas onde já não se chumba

Pub: **Expresso**



Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17

SOCIEDADE EDUCAÇÃO



No Agrupamento do Freixo aposta-se na tecnologia para garantir que os alunos daquela freguesia rural de Ponte de Lima têm os mesmos meios que os colegas das escolas da cidade

Inovação Durante três anos, seis agrupamentos puderam testar medidas pedagógicas e novas formas de organizar currículos, turmas e até o calendário escolar. Objetivo final: eliminar o insucesso

Há escolas que já conseguiram acabar com os chumbos

Área: 1679cm² / 43%

Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 664-5033



Textos **ISABEL LEIRIA**
Foto **RUI DUARTE SILVA**

Depois de ter fixado como meta no primeiro Governo a redução para metade do insucesso escolar no ensino básico — caiu de 10% em 2014 para 5,1% em 2018 —, o objetivo estabelecido por António Costa para esta legislatura é mais ambicioso: atingir a fasquia de zero chumbos. As retenções não serão proibidas, mas é criado um “plano de não retenção no ensino básico”.

Noutros países, sobretudo na Europa do Norte, as taxas de chumbo no ensino básico são inexistentes ou residuais. Mas também em Portugal já há escolas que trabalham com essa meta. Em 2016, o Ministério da Educação convidou seis agrupamentos do país, inseridos em contextos diferentes, para integrarem durante três anos o chamado Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica (PPIP). Deu-lhes mais autonomia para organizar currículos, conteúdos, horários de aulas, turmas, disciplinas (podiam extinguir umas e criar outras) e o próprio ano letivo. Em troca, pediu que tomassem medidas a pensar na sua população escolar de forma a eliminar o insucesso. Alguns conseguiram chegar aos zero chumbos.

Os números constam do estudo de avaliação do projeto, publicado este mês no *site* da Direção-Geral da Educação, e mostram que em 2018/19 a maioria destes agrupamentos teve zero retenções ou valores inferiores a 1% em cada um dos três ciclos do ensino básico. Apenas no 3º ciclo (7º, 8º e 9º anos), onde o insucesso é mais elevado, os níveis continuam mais altos, mas em clara trajetória descendente.

No Agrupamento de Escolas do Freixo, em Ponte de Lima, há dois anos que nenhum aluno chumba no ensino básico. Em Cristelo, Paredes, num agrupamento inserido num meio com sérias carências — 85% dos alunos são apoiados pela ação social escolar —, passou-se de taxas de insucesso de dois dígitos para zero no 1º e 2º ciclos e apenas de 5% no 3º ciclo no último ano letivo. E em 2017/18 ninguém reprovou.

“É evidente a tendência crescente de melhoria dos resultados académicos, visível na diminuição das classificações negativas, no aumento das classificações médias por aluno, nas transições sem níveis inferiores a três e nas taxas de aprovação nos exames do 9º ano”, constata a equipa do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, que realizou a avaliação.

Na base deste projeto-piloto esteve precisamente a “persistência de taxas de retenção e desistência escolar elevadas”, com custos financeiros significativos e pouca eficácia na recuperação de quem chumba, evidenciada já por vários estudos. A nível nacional, quase um terço dos alunos chumba pelo menos uma vez até ao 9º ano, o que representa um custo “nunca inferior a 250 milhões de euros anuais para o Estado”.

No Agrupamento de Escolas de Cristelo, em Paredes, localizado num meio rural e carenciado, com taxas de insucesso antes muito elevadas, a liberdade curricular dada pelo Ministério foi aproveitada para fazer uma revolução nos horários e na forma de trabalhar com os alunos e também com os pais. “Um dos grandes problemas que tínhamos era o desinteresse dos encarregados de educação, que não depositavam qualquer expectativa na escola. Conseguimos mudar isso de forma significativa, e eles agora olham-na como algo de útil, como um elevador social para melhorar as condições dos filhos”, explica o diretor, Mário Silva. Os pais são chamados a participar em *workshops* e tertúlias, por exemplo.

“Ecocozinha Pedagógica” e “Nós e a Europa”, as novas ‘disciplinas’

Os alunos nem sempre estão na mesma turma. Há semanas que não têm disciplinas e há horas dedicadas a trabalhar temas que articulam matérias, competências e atitudes. Criaram-se quatro áreas transversais, que são trabalhadas em todos os anos de ensino ao longo de oito semanas por ano, pela ordem que os alunos quiserem, como a “Ecocozinha Pedagógica”, onde produzem alimentos em hortas biológicas e aprendem a confecioná-los, combinando conhecimentos que vão desde a Matemática ao Português, passando

pelas Ciências. “Nós e a Europa”, “Entre’Artes” e “Jogos Olímpicos 2040” são as outras três áreas que agregam conteúdos de várias matérias, levando os professores a trabalhar em conjunto. Na última semana de cada área, o horário escolar desaparece, e o tempo é dedicado à apresentação de trabalhos, visitas e debates.

“Os alunos partem para estas atividades muito mais motivados e aprendem de forma significativa, adquirindo conhecimento e também pondo-o em prática. Não é mais fácil. Pelo contrário, exige que sejam mais criativos, que pensem melhor, que falem mais, que resolvam problemas”, descreve o diretor, explicando ainda que os alunos só podem ser reprovados nos anos terminais de cada ciclo (4º, 6º e 9º). Os que forem revelando dificuldades são sinalizados e recebem mais apoio, mas mantêm-se sempre na mesma turma.

Já no Agrupamento do Freixo, o ano letivo passou a estar organizado por semestres, com quatro momentos de avaliação em vez de três, para que alunos e pais tenham mais *feedback* sobre a sua evolução. Os testes são apenas uma das formas de avaliação, complementados com apresentações orais ou projetos. Os conteúdos dos programas foram revistos e nalguns casos foi alterada a ordem pela qual são dados, por se entender que facilita a aprendizagem. O diretor de turma deu lugar ao “diretor do aluno”, com as mesmas funções mas responsável por um grupo de 12 estudantes, no máximo. Cada um tem um plano, onde vão sendo inscritos pontos fortes e fracos, e há “atividades integradoras” no horário, que permitem trabalhar disciplinas de forma articulada, conta o diretor, Jorge Dias. “Tem de haver momentos diferentes. Uns mais formais e conservadores, porque as matérias assim exigem, outros mais flexíveis. Acima de tudo, apostamos na proximidade com os alunos e criamos oportunidades para que todos aprendam e mostrem as suas capacidades.”

Mais de quatro mil alunos experimentaram estas e outras formas de aprender em projetos desenhados por cada um dos agrupamentos. Segundo o estudo, 70% dos alunos abrangidos consideram que as mudanças ajudaram a aprender “mais” e “mais facilmente”. Pais e professores também estão satisfeitos.



Data: 01.11.2019

Titulo: As escolas onde já não se chumba

Pub: **Expresso**



Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17

ileiria@expresso.impresa.pt

“ESTE ENSINO NÃO É MAIS FÁCIL. EXIGE QUE SEJAM MAIS CRIATIVOS, QUE PENSEM MELHOR, QUE FALEM MAIS, QUE RESOLVAM PROBLEMAS”

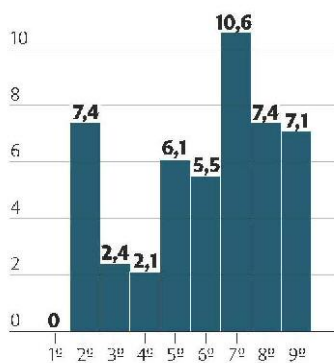
NÚMERO

30%

dos alunos matriculados no 9º ano em 2016/17 já tinham chumbado pelo menos uma vez. Os dados são do CNE, a partir do desvio etário daqueles alunos face à idade normal de frequência

CHUMBOS NO ENSINO BÁSICO

Escolas públicas, em percentagem*



FONTE: DGEEC

O QUE PROMETE O PROGRAMA DO GOVERNO

“Criar um plano de não retenção no ensino básico, trabalhando de forma intensiva e diferenciada com os alunos que revelem mais dificuldades”

Área: 1679cm² / 43%

Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6645033

Docentes de Lisboa e do Algarve ‘fogem’ para o Norte

Na região de Lisboa, em 34 agrupamentos há 88 horários por atribuir. No distrito de Faro, mais de metade tem falhas

É nas regiões de Lisboa e do Algarve que as dificuldades de colocação de professores mais se têm feito sentir e, segundo o último levantamento da Fenprof, são milhares os alunos que estão sem aulas desde o início do ano letivo ou que ficaram entretanto sem professor e para o qual as escolas procuram um substituto. O número é impossível de determinar, pois depende dos horários em falta. Um professor tanto pode ter oito turmas, como quatro, consoante a disciplina que leciona.

Na área de intervenção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, os inquéritos começaram a ser enviados às escolas na semana passada. E, ainda que os dados sejam parciais e estejam sempre a evoluir, confirmam que as falhas persistem, sobretudo nos grupos de recrutamento de Geografia e de Informática. Nos 34 agrupamentos que responderam (uma minoria), há 88 horários por preencher, num total de 1256 horas. A maioria são horários incompletos, pelo que a remuneração correspondente afasta ainda mais os candidatos. Um horário entre as 8 e as 14 horas dá direito a um salário de cerca de 500 euros mensais.

Já no levantamento feito pelo Sindicatos dos Professores da

Zona Sul (SPZS) constata-se que é no distrito de Faro que as dificuldades são maiores. Em 38 agrupamentos de escolas, pelo menos 20 tinham esta semana um ou mais professores em falta. Acontece com Geografia e Informática, mas também com Português, Inglês, Físico-Química ou História. E os problemas vão do interior e da serra aos centros urbanos do barlavento, ainda que por motivos diferentes. “Há escolas de Portimão, Faro e Lagos onde as dificuldades de arranjar alojamento levam muitos candidatos a aceitarem os horários e a desistirem logo a seguir, quando se apercebem que o que recebem não dá para pagar as contas. Mas também há agrupamentos do interior para os quais ninguém se candidata”, conta Maria João Sales, dirigente do SPSZ.

Em Alcoutim, há três horários de Inglês por preencher desde o início do ano letivo. Ou seja, há alunos do 1º, 2º e 3º ciclos que ainda não tiveram aulas desta disciplina. No Agrupamento Gil Eanes, em Lagos, um professor de Educação Física pediu licença sem vencimento e o seu lugar também está por preencher desde setembro, exemplifica ainda Maria João Sales, admitindo que há aspetos que têm de mudar no processo de colocação de professores. “É uma máquina muito pesada e complexa.”

Na ausência de candidatos, que acabam por encontrar ou-

tras ocupações que lhes compensam mais, como centros de explicação ou lojas de informática no caso dos docentes de Tecnologias de Informação e Comunicação, os horários seguem para a chamada “oferta de escola”. E nesta etapa podem concorrer candidatos que não fizeram o mestrado em ensino, tendo apenas uma formação de base numa área científica que os habilita para dar aulas e pouca ou nenhuma experiência letiva. As escolas podem ainda ter autorização para o pagamento de horas extraordinárias, o que já está a acontecer e aconteceu no ano passado.

A dança dos professores

Num sistema de colocação muito centralizado como o recrutamento de professores (há uma lista que ordena todos os docentes pela sua graduação profissional e que tem de ser respeitada na colocação), em que as oportunidades de garantir uma vinculação variam de zona para zona e em que depois são permitidos mecanismos de mobilidade que permitem a um professor aproximar-se do local onde verdadeiramente quer trabalhar, os desajustamentos facilmente acontecem. E ajudam a explicar o aparente paradoxo que é ter a maioria dos professores a vincular nos quadros de zona pedagógica (QZP) de Lisboa e do Algarve

e ser também aí que acaba por haver mais faltas por suprir.

Davide Martins, professor e colaborador do blogue “ArLindo”, especializado em Educação, fez a pedido do Expresso as contas aos dois últimos anos. Os números falam por si: dos 3860 docentes que conseguiram entrar nos quadros neste período, 2263 vincularam ao QZP de Lisboa. Só que, destes, saíram na mobilidade interna (permitida todos os anos) 773, a maioria para o Norte. Dos 385 que entram no QZP do Algarve, 109 também foram dar aulas para outras escolas. No grupo de Informática, dos 138 que vincularam em Lisboa, apenas 43 estão a trabalhar aqui. E são essas vagas libertadas que são muito pouco atrativas para quem venha de fora, pelos custos inerentes à deslocação. “Devido à precariedade da profissão, muitos professores concorrem para vincular em qualquer QZP, mesmo naqueles onde nunca consideraram trabalhar. Esta premissa acaba por condicionar todas as outras etapas de colocação”, explica.

Muitos candidatos desistem e acabam por optar por outros trabalhos mais bem pagos, como explicações